

R E V I S T A

ISSN 2764-3867

CONHECIMENTO & CIDADANIA

VOL. V | N° 62 - JANEIRO 2026



**O MUNDO SEM
ADULTOS**

EDITORIAL

A Revista Conhecimento & Cidadania foi criada por uma família e amigos com o propósito de levar compreensão dos acontecimentos atuais e históricos ao maior número de pessoas possíveis. E exatamente por isso ela é totalmente gratuita e digital.

Leandro Costa – Editor-Chefe
Munique Costa – Designer de capa
Pedro Costa – Editor Auxiliar

Produção e Designer

Leandro Costa
Munique Costa

Redação

Leandro Costa
Munique Costa
Pedro Costa

Colunistas

Danielly Jesus
Juliette Oliveira
Leandro Costa
Mauricio Motta

O conteúdo desta edição foi produzido por voluntários que autorizaram a publicação de seus trabalhos, não sendo remunerados, sendo-lhes garantida a menção de autoria.

www.revistaconhecimentocidadania.com



[Vaquinha online](#)



Canal whatsapp Revista Conhecimento & Cidadania



revistaconhecimentocidadania@gmail.com



[@revistaconhecimentocidadania](#)



[@revistaconhecimentocidadania](#)



[@RevConhecimento](#)



[@conhecimentocidadania](#)



Leandro Costa

EDITOR-CHEFE

Servidor público,
professor de Direito,
idealizador do projeto
Direito nas Escolas, autor
do livro: Direito nas Escolas
e Diretor na Associação
Brasileira de Juristas
Conservadores.

www.leandroconservadorrj.com

Revista Conhecimento &
Cidadania
Vol. V – Nº 62
Janeiro de 2026
Rio de Janeiro – RJ
Menezes Costa
CNPJ 28.814.886/0001-26
ISSN 2764-3867

COLUNISTAS

LEANDRO COSTA

Servidor público, advogado impedido, professor de Direito, Diretor Acadêmico do projeto Direito nas Escolas e editor-chefe da Revista Conhecimento & Cidadania..

DANIELLY JESUS

Jornalista (DRT), YouTuber, podcaster (Cafe com Dani no Spotfy), escrevo para os sites Mundo Conservador e PHVox, sou radialista na web rádio Atroz FM.

MAURICIO MOTTA

Professor licenciado em História Pós-graduado em História do Brasil.

JULIETTE OLIVEIRA

Teóloga, filósofa e engenheira

Financiamento coletivo

Precisamos de você, leitor

Nosso esforço central é despertar as pessoas, com textos que estimulam a reflexão, aguçam a vontade de adquirir mais conhecimento e naturalmente enxergar a verdade.

Um mundo melhor é o que queremos, mas para que isso aconteça precisamos despertar, fazer a nossa parte, assim buscamos resgatar a cidadania através de conteúdo.

Sua doação permitirá:

- Manter a plataforma do site;
- Manter a revista digital gratuita;
- Edições de vídeos mais profissionais;

[Clique aqui](https://www.vakinha.com.br/4961006) e faça sua doação e também ajude compartilhando o link: **<https://www.vakinha.com.br/4961006>**.

Caso não queira se cadastrar na plataforma da Vakinha online, doe qualquer valor para a Chave PIX: **28.814.886/0001-26**.

Agradecemos seu apoio,

Editorial

O mundo sem adultos



O conto Édipo Rei, de Sófocles, apresenta uma complexa trama na qual o Rei Laio recebe uma profecia, na qual seu filho, que ainda não havia nascido, mataria o pai, se casaria com a própria mãe, a Rainha Jocasta, e assumiria o trono. Assim que a criança nasce, O Rei Laio, temendo que a profecia se concretizasse, ordena que o pequeno príncipe recém-nascido seja levado à terras distantes e diz a Rainha que o bebê morrera logo após o parto.

Tudo ocorre como Leio planejara e ele se vê livre do tormento trazido pela profecia, podendo seguir sua vida despreocupado junto à sua amada esposa Jocasta, entretanto, o príncipe, ora abandonado, é acolhido por uma família simples e recebe o nome de Édipo e, ao chegar à idade adulta, ao ser informado pelo Oráculo de Delfos que ele mataria seu próprio pai, o jovem se lança em uma jornada para terras distantes, pois não queria fazer mal aquele que o criou.

Em uma estrada remota, o Rei Laio e seus soldados se deparam com o jovem viajante e tratam-no de forma hostil, desencadeando uma luta na qual o desconhecido Édipo se sagra vencedor. Laio jaz em à beira de uma via pouco movimentada e o povo acredita que um ladrão fora o responsável por sua morte, ao passo que Édipo, ignorando que aquele com quem lutara era o rei de Tebas, segue para a cidade sem quaisquer preocupações.

Ao chegar em Tebas, Édipo se depara com uma situação inusitada, o reino do falecido Laio é assolado por uma besta chamada Esfinge, uma criatura mitológica, para a maioria dos autores filha de Tifão e Equídna, que impõe a todos os viajantes que cruzem o seu caminho um desafio no qual a derrota

significa a morte. A besta propõe uma charada e aquele que errar a resposta é devorado pela fera, de maneira que o reino se tornara um destino não desejado por todos que conhecem a lenda.

Édipo se dispõe a desafiar tal criatura e ao se deparar com a temida Esfinge o jovem é desafiado a responder o enigma da besta que logo anuncia, “decifra-me ou te devoro”. Naquele momento, Édipo sabia que não mais poderia recuar, haja vista que sua desistência seria uma forma de não desvendar o enigma, algo que faria com que a besta mitológica o devorasse, portanto, o jovem aceitou o desafio da criatura.

A Esfinge lançou seu desafio fazendo a pergunta que deveria ser respondida pelo jovem, dizendo a besta. “Qual criatura pela manhã tem quatro pés, ao meio-dia dois, e à tarde tem três?”. Édipo reflete e responde que tal criatura é o homem, que no início de sua vida engatinha, passa a andar sobre duas pernas ao crescer e ao chegar à velhice precisa do apoio de uma bengala, de maneira que teria de contar com três pés. A Esfinge se vê derrotada e, dependendo do mito, deixa o lugar ou se atira de um precipício, sendo a segundo hipótese a mais difundida.

Por ter derrotado a besta que assolava Tebas, Édipo se sagra herói daquele povo e é aclamado Rei, desposando a Rainha Jocasta, sem saber que se tratava de sua própria mãe. Diante do surgimento de uma praga, Édipo o Rei de Tebas, movido por revelações proféticas do Oráculo de Delfos, nas quais a praga só deixaria seu reino quando o assassino de Leio, antigo rei, for encontrado e punido, Édipo manda trazer Tirésias, o profeta grego para descobrir o assassino do Rei Laio e trazer justiça às terras sob seu domínio, livrando-a da praga.

Apesar da resistência, ao ser pressionado por Édipo, Tirésias acaba por revelar que o assassino do Rei Laio era o jovem que ascendera ao trono de Tebas e que Édipo, em verdade, desposara sua própria mãe. Jocasta tenta confrontar a visão de Tirésias e conta ao jovem esposo como o Rei Laio morrera em uma emboscada na estrada, confirmando, sem saber, que Tirésias falava a verdade, pois Édipo logo se lembrou do episódio. Percebendo que cumprira a previsão que buscava evitar o jovem arranca seus olhos como forma de punição.

O mito de Édipo Rei trata de diversos temas caros à humanidade, como o destino e a impossibilidade de conduzi-lo, bem como, dos atos praticados sob o pálio da ignorância. O Rei Laio, ao tentar escapar de um futuro sombrio, no qual seu filho seria o artífice de sua queda, envia seu herdeiro às terras distantes, entretanto, a atitude do Rei é diretamente causadora de seu infortúnio, posto que, Édipo cresceu sem conhecer o pai e, por tal razão, não poderia imaginar contra quem lutara na remota estrada.

No que tange ao destino, podemos dizer que o futuro dos personagens do mito já estava traçado e que nada poderia impedir que tais acontecimentos se concretizassem, bem como, podemos considerar o fato de as precisões serem visões de um futuro construído com base nas decisões e que elas eram parte indispensável para que o destino se cumprisse, de maneira que, uma vez ignoradas, não se concretizariam e estariam sendo apenas delírios dos profetas.

Se Édipo fosse criado por Laio e Jocasta, o Príncipe poderia matar o Rei, seja por ambição ou por alguma desavença, todavia, é difícil imaginar que ele desposaria a própria mãe, pois Jocasta ocuparia um papel definido em sua vida, contudo, ao buscar fugir de seu destino cada personagem caminhava de forma inconsciente em sua direção.

A inevitabilidade assombra qualquer um que tente compreender o mito de Édipo Rei, tendo em mente que a pergunta central está ligada ao livre arbítrio, em que pese, tanto Laio quanto Édipo foram livres para seguir suas decisões, buscando meios de se esquivarem de seus trágicos futuros. Se as visões não os prendiam, estariam elas trazendo o resultado daquilo que eles, de fato, buscaram ao tentar evitá-las, ou seja, aos profetas era possível vislumbrar o resultado alcançado por decisões que seriam tomadas e não por hipóteses.

Há também a problemática da ignorância, uma vez que Édipo enfrentou e matou aqueles que o fustigaram naquela estrada, sem saber que se tratava de seu pai Laio, bem como, desposou Jocasta ignorando que aquela era sua mãe, fazendo emergir o debate se alguém deveria ser punido por crimes que ignoravam, de forma que, seria o fato em si o motivo da reprimenda ou se é o coração do homem que define o crime.

Por um lado, podemos considerar que aquele responsável por um mal causado por ele deve pagar, sendo assim, aquele que tira a vida de outrem, deve ser punido pelo que fez. Todavia, não há como citar exemplos, como a legítima defesa putativa, na qual o agente acredita repelir injusta agressão sem que ela esteja, de fato, ocorrendo.

As hipóteses de crimes culposos tratam, justamente, da incúria, mas não da ignorância como os chamados erros, contudo, não é do âmbito das leis que pretendemos tratar, posto que, a legislação de inúmeros países, incluindo o Brasil, tem se afastado cada vez mais da lógica e da moral para servir interesses ideológicos de uma elite dominante, tornando-se leis sem espírito, esvaziadas de propósito além de inflar os poderes de grupos subservientes aos senhores da revolução e o estado por eles controlados.

No campo da moral o debate tornar-se-ia ainda mais profundo, pois é inegável que Édipo não tinha a intenção de matar seu pai, mas um déspota que o insultara em um lugar ermo, ou desposar sua mãe, que conhecera com uma bela rainha em sua viuvez. No entanto, o jovem Rei de Tebas arrancou os olhos por se considerar um criminoso no âmbito moral, ou seja, por reprovar seus feitos mesmo que decorrentes da ignorância.

Édipo guardava sua honra com tamanho zelo que se infringiu considerável sofrimento, ainda que pudesse se escusar em razão da ignorância, por considerar que seus desvios eram insustentáveis, não aos olhos alheios, mas aos seus próprios olhos, por isso o simbolismo de arrancá-los. Aquela drástica ação evidenciava que a vergonha que o jovem Rei de Tebas sentia não era o resultado da repulsa alheia, mas da ojeriza que sentira de si mesmo, aplicando a autopenitência como sanção, não buscando se justificar perante terceiros, haja vista que já tinha se condenado ao saber que matara seu pai e desposara sua mãe.

Há ainda um elemento no mito de Édipo Rei merecedor de uma reflexão, o enigma da Esfinge trata de fases da vida do ser humano, a infância, na qual somos capazes de nos locomover sem altivez e segurança, engatinhando e, por tal razão, observando o mundo por uma perspectiva limitada, a fase adulta, na qual somos plenos e conseguimos caminhar sobre duas pernas, decidindo os rumos que tomaremos e conseguindo ver o mundo como ele o é, mas, em seu final, a velhice, fase na qual é preciso se apoiar em uma bengala, uma vez que nos falta força, contudo, é na velhice que o homem chega ao estado em que deve se valer de sua sabedoria e enfrentar o resultado de suas escolhas.

Os jovens esperam mudar o mundo e suas ações podem ser imediatistas, mas não por isso devem ser desprezados, tendo em mente que são eles os herdeiros do mundo, são a eles que as lições, especialmente as difíceis, devem ser passadas. A elite revolucionária tentará cooptar os jovens por saber que seus corações puros são terrenos férteis para narrativas que prometam utopias totalitárias, sistemas que não se sustentam e o relativismo moral. O autointitulado progressismo seduz a juventude com promessas de um mundo sem sofrimento ou frustrações, lançando iscas que possam aprisioná-los em suas teias de mentiras.

Trazer a juventude à realidade é o único meio para que o futuro não seja ainda pior que o presente, tendo em mente que aqueles que ainda engatinham deveriam saber que a agenda progressista é uma armadilha e o coletivismo o levará a um regime que tratará cada um como uma engrenagem dos líderes da revolução. Não por acaso os jovens que enveredam por tal caminho se tornam figuras cada vez mais desconexas da realidade, acreditando que abrir mão de liberdade os trará segurança quando a verdade é oposta.

Ao aderir o relativismo, o jovem passa por uma fase na qual luta para não amadurecer, buscando prazeres imediatos e acreditando que não haverá consequências por suas ações, enveredando por drogas, pela promiscuidade e outras formas de prazer irresponsáveis. A ideia de não haver consequência se reflete em crimes odiosos como o aborto e outras medidas para escapar do destino, mas são as escolhas que levam ao resultado e não o contrário.

As chamadas políticas afirmativas funcionam como códigos que dão vantagens em jogos eletrônicos e muitos jovens, que fogem dos desafios nas plataformas virtuais, usando as chamadas trapaças, buscam se valer dos mesmos mecanismos no mundo real para obter o mesmo resultado que outros fazendo menos esforço, como ocorrem em casos como as políticas de cotas. Cabe ressaltar que o esforço referido não se resume ao indivíduo, mas ao seu legado, haja vista que, os antepassados são parte integrante de cada um e seu esforço deve ser herdado, bem como, sua memória preservada e honrada.

Não há como culpar os jovens por um mundo no qual eles têm pouca participação, que não escolheram líderes do passado recente e ainda não tiveram a chance de moldar o sistema ao qual se encontram subjugados. Se um jovem envereda pela militância chamada woke, que tem a relativização como cerne, não há como repreendê-lo sem antes apresentar as consequências de suas ações para o futuro.

Não por acaso, os revolucionários propagandeiam a vida inconsequente, para que os futuros adultos sejam escravos de vícios que não os deixem caminhar com suas próprias pernas.

Um bom exemplo é a, já citada, política de cotas, que cria um sistema favorável a um determinado grupo ao passo que os faz reféns de tais medidas, haja vista que, alguém que se beneficiou em razão de tais políticas, em regra, defenderá sua manutenção ou ampliação. Tais reféns se tornam cúmplices, como aqueles que usaram trapaças em jogos para vencer se consideram impossibilitado de reprovar futuros trapaceiros, criando assim um ciclo vicioso que faz a sociedade vítima de déspotas enganadores que compraram apoio dos que obtiveram vantagem e de seus seguidores ávidos por mais mecanismos que expropriem cada um que não adira sua doentia ideologia.

No caso dos mais velhos, uma sociedade precisa que seus anciões sejam sábios, uma vez que, fisicamente cansados, se espera de tal grupo a orientação de quem já experimentou vitórias e fracassos, como forma de nortear as futuras gerações. Os velhos precisam passar pela idade adulta para que se tornem experientes, portanto, quando se espera conselhos de avós, presume-se que estes não foram pais ausentes, caso fossem, tais orientações restariam esvaziadas.

Ao lutar contra o amadurecimento, aqueles jovens que outrora fugiam das consequências de seus atos, pularam a fase adulta e envelheceram desprovidos de experiência real, se resumindo a um corpo cansado e almas sem propósito que vagam, esmolando por atenção e cuidados. Quando evitamos uma determinada fase, naturalmente, nos privamos de viver a experiência que tal episódio nos traria, em comparação a um jogo no qual se adquire poder com o avançar das etapas, ignorar quaisquer obstáculos fará com que não nos preparemos para os desafios que se seguirão.

Quando o jovem se deixa seduzir pela oferta de um mundo fácil que lhe é propiciado por outros, se furtando de amadurecer, chegará à velhice sem a capacidade de superar obstáculos simples e sua imaturidade cobrará o preço, ainda que seja de sua descendência. A jovem garota que se entrega ao meretrício por acreditar que terá independência e uma vida hedonista acabará se furtando de construir algo sólido e não terá nada para oferecer quando seu corpo não mais for atraente, não por acaso o suicídio se torna uma saída para quem não pretende enfrentar consequências ou obstáculos.

A juventude traz consigo a esperança, que não deve ser confundido com a ilusão, sendo imperioso expor as vísceras do mundo real e que o relativismo não é a solução para um problema, mas forma de ignorá-lo. A velhice é o momento em que as constatações vêm à tona e a experiência deve ser a bengala de sustentação, mas sem a fase adulta não haverá amadurecimento e ganho de força moral.

O mundo atual, em especial no ocidente, se entregou a visões relativistas que prometem proteger os indivíduos das consequências de seus atos, vantagens para que tenham sucesso sem esforço, transferência de obrigações à instituições e afagos artificiais que fingem acolher quando aprisionam, fazendo com que os jovens acreditem que ser aceito por grupos é mais importante que se adequar à

realidade, pois julgam que a verdade pode ser retorcida com base em leis, propaganda, jargões e trabalhos de conclusão de curso.

Fugindo da realidade, tais jovens se esquivam da fase adulta e agem como grandes crianças até que o peso da idade os atinja como uma pedrada, passando a adotar uma postura de justificar suas ações ao passo que parasitam a sociedade, querem assistencialismo e ainda mais afagos para que sua pífia existência seja menos dolorida, negando que não edificaram suas virtudes, pois estavam vivendo o momento como se não tivesse amanhã.

Em um mundo sem adultos não há indivíduos responsáveis pelas consequências de seus atos e as decisões são fruto de vontades das quais seus idealizadores não esperam responder caso seus resultados sejam nocivos a todos. Qualquer semelhança com o jornalismo, o Judiciário e o Ministério Público é mera coincidência.

Ao agir sem se preocupar com as consequências é permitido experimentar com a vida humana como se fossemos ratos em laboratórios, algo que permite mutilações genitais em adolescentes, mesmo que sejam ações irreversíveis, ou a introdução de terapia experimental com potencial risco se passando por algo consolidado de forma compulsória sem que haja a responsabilização aos seus artífices, posto que, o mutilado ou o infectado pela terapia, como no caso da gênica, servira de cobaia e será o único a arcar com os resultados da prática.

Em um cenário no qual autoridades são covardes e imaturos tratam seres humanos como espécimes em um experimento, algo comum a todo regime autoritário, e os indivíduos vivem como se não houvesse um amanhã, não há adultos reais dispostos a olhar para a realidade e encarar os problemas de frente e quando alguém se habilita a agir como tal, será tratado como um perigoso agressor, pois atenta contra o status quo, buscando chamar os outros a encarar a fase adulta e, portanto, admitirem que ações tenham consequências. Normalmente, aquele que ousa dizer que a fase adulta é necessária acaba sendo chamado de apelidos como fascista ou acusado de atentar contra a democracia, em que pese nada disso faça sentido.

A ausência de adultos também levará ao colapso, considerando que mesmo nações podem sofrer as consequências da covardia ou da falta de maturidade de seu povo. A iminente queda da Europa, na qual indivíduos irresponsáveis há décadas ocupam posições de poder e deixam, deliberadamente ou não, seus países serem corroídos por indivíduos que propagam ódio à cultura e os símbolos do ocidente, é o maior exemplo de colapso de uma civilização. O Reino Unido se preocupa com postagens nas redes sociais enquanto a invasão islâmica toma cada canto da Grã Bretanha sendo seguido pela França, Alemanha, Espanha e outros tantos países.

Após a invasão da Ucrânia pela Rússia, os países da Europa se limitaram a espernear, fornecer parte quase insignificante de armamento e pedir para os EUA, que parece ser o único adulto no ocidente, tomar alguma atitude. Em outro ponto, quando o mesmo adulto diz que a Groelândia, há uma porção de

terra considerável que precisa ser protegida em razão da proximidade com a ditadura de Putin, os demais membros da OTAN se recusam a admitir que sua postura poderá entregar aquela região ao domínio russo, mais uma vez, esperneando.

Há também o caso da ditadura narcossocialista da Venezuela que, embora os EUA não tenham a desmontado por completo, apesar de não reconhecer o resultado das eleições e ter sido classificada como violadora de direitos humanos pela ONU, houve grande comoção quando o Governo Trump efetuou a prisão de seu líder. As nações da Europa e outros integrantes da ONU condenavam as práticas daquela ditadura, mas, em sua maioria, censurou ou apontou como negativa a ação americana contra o narcoditador. A dúvida que persiste é se a Europa é uma criança inconsequente ou um velho moribundo que não possuem uma bengala moral para manter-se de pé.

A situação atual do Irã reforça o sentimento de uma Europa convalidada, morrendo sem a dignidade de seus antepassados, sem conservar sua história, em sua caminhada rumo ao desfiladeiro da empatia suicida. A ditadura dos aiatolás está massacrando os jovens iranianos que querem sair das amaras da doentia teocracia autoritária e os líderes europeu, covardes como se acostumaram a ser, olham para Washington esperando por uma solução para o problema, por saberem que são velhos desprovidos de brio e jamais assumiriam as consequências de enfrentarem o regime iraniano, além de terem transformado seus soldados em figuras frágeis que não conseguem encarar sequer a realidade de terem nascido homens.

A fraqueza tomou o velho continente como os ratos fizeram com as ruas da “Cidade Luz”, a outrora imponente capital francesa se vê tomada por indivíduos que odeiam a civilização que gestou aquela cidade e comemoram quando um dos maiores símbolos de sua grandeza, a Catedral de Notre Dame, ardia em chamas, enquanto os roedores pestilentos, menos nocivos que alguns dos imigrantes, caminham por toda Paris. Tudo indica que os franceses só acordarão para o problema quando a urina corroer o aço da Torre Eiffel e aquela estrutura despencar como a história de sua nação, provavelmente será tarde demais.

O mundo ocidental prefere rechaçar a autoridade dos EUA que, com todos os seus defeitos, parece ser o único adulto presente, salvo pela Polônia que apesar de sua reduzida importância geopolítica parece ter aprendido com o passado, para se fingir de criança e se permitir agir de forma irresponsável, quando, na verdade, parte do ocidente, em especial a Europa, se tornou um velho sem virtudes que reclama dos adultos e se recusa a enfrentar as consequências de suas ações ou se levantar, pois a bengala da sabedoria parece não mais existir.

Recusar-se a amadurecer não evitará que a vida seja difícil, mas te fará fraco demais quando precisar de experiência. Fugir do infortúnio pode ser a forma mais certa de encontrá-lo.

Leia o artigo: [A imaginação da civilização](#)

Quando Política e Igreja se Encontram Nem Sempre por Acaso



Há muitos anos caminho dentro da minha vida em comunidade pastoral, entre reuniões, celebrações, encontros e desafios que parecem se repetir em ciclos. Em 2023, quando fui convidada a integrar a equipe de um movimento voltado para jovens, aceitei sem pensar duas vezes. Para mim, servir à Igreja sempre foi algo natural, quase instintivo. Diante de qualquer necessidade, a resposta parecia óbvia: “sim”.

Com o tempo, porém, percebi que esse movimento não nasceu em terreno neutro. Suas raízes atravessam décadas marcadas por conflitos, ditaduras, disputas ideológicas e questionamentos profundos sobre o rumo da sociedade. Era um período em que o mundo parecia girar rápido demais, e a Igreja, inevitavelmente, foi tocada por esse turbilhão.

Assim, aquilo que nasceu como semente de fé também germinou sob a sombra de tensões políticas e sociais. E isso deixou marcas.

A juventude dos anos 1970 carregava uma fome intensa de justiça social. Era uma geração inquieta, idealista, disposta a transformar o mundo. Muitos líderes políticos perceberam que a Igreja Católica, com sua capilaridade, sua força comunitária e sua presença entre os mais pobres, era um espaço estratégico para dialogar com essa sede de mudança.

Não se trata de demonizar ninguém, mas de reconhecer que interesses distintos acabaram se encontrando ali. Enquanto jovens buscavam sentido e propósito, alguns enxergavam oportunidade.

Nesse ambiente, o leigo ganhou protagonismo. Grupos de jovens floresceram, encontros de casais se multiplicaram, pré-vestibulares populares surgiram como resposta à desigualdade. Era bonito (e ainda é) ver tanta gente querendo fazer o bem. Mas, junto com o entusiasmo, vieram também influências que nem sempre eram tão transparentes.

Aos poucos, consolidou-se uma ideia perigosa: a de que pensar nos [pobres](#) era automaticamente “coisa da esquerda”. Como se a compaixão tivesse dono. Como se a solidariedade tivesse partido. O debate deixava de ser sobre ideias e virava julgamento moral.

Quarenta anos se passaram. Aqueles jovens idealistas cresceram, amadureceram, assumiram responsabilidades; e alguns descobriram o gosto pelo poder. Um gosto doce, sedutor, que faz com que certas pessoas confundam liderança com propriedade, serviço com autoridade, comunidade com território pessoal.

A causa dos pobres, antes bandeira sincera, virou para alguns um instrumento conveniente. Não é preciso apontar nomes; basta observar comportamentos.

De repente, empréstimos “temporários” de dinheiro da comunidade se tornam aceitáveis. Cargos passam a ser distribuídos como favores. A filha que acabou de entrar na faculdade vira coordenadora de projeto porque “vai aprender no caminho”.

E assim, o voluntariado (que deveria ser expressão de amor) se transforma em palco de interesses particulares.

Não é maldade pura. Muitas vezes é apenas a velha tentação humana de confundir o “meu” com o “nosso”.

O mais doloroso é perceber que, nesse cenário, quem tenta agir com honestidade acaba sendo visto como problema. Questionar vira sinônimo de atacar. Pedir transparência vira “perseguição”. Sugerir mudanças vira “difamação”.

É cansativo. É frustrante. E, ainda assim, é necessário.

Porque, mesmo sendo maioria, aqueles que querem agir com retidão nem sempre conseguem competir com a habilidade narrativa de uma minoria articulada. Uma minoria que sabe usar palavras, emoções e alianças para transformar qualquer crítica em ofensa pessoal.

E isso desgasta. Desanima. Faz muita gente boa desistir.

No fim das contas, a frase “o povo tem o governo que merece” ecoa também dentro das instituições religiosas. Não como acusação, mas como alerta.

Quando permitimos que interesses pessoais se sobreponham ao bem comum, quando confundimos serviço com poder, quando transformamos causas nobres em ferramentas de influência, colhemos exatamente o que plantamos.

Mas a indignação, quando é legítima, não destrói. Ela desperta. Ela chama à responsabilidade. Ela lembra que a fé não é moeda de troca, que a comunidade não é palco político, que o serviço não é trampolim.

E, apesar do cansaço, permanece a esperança.

A esperança de que a verdade, a intenção legítima e o amor autêntico ainda têm força. A esperança de que a comunidade pode ser espaço de justiça e honestidade.

A esperança de que, mesmo em meio às distorções, ainda existam pessoas dispostas a servir pelo motivo certo.

Porque, no fim, é isso que sustenta tudo: a fé de que vale a pena continuar.

Leia o artigo: [A Preferência pelos Pobres](#)



Liberdade de expressão
Somente para quem concordar comigo



Chegamos em 2026: ano de eleições, de decisões importantes, de mudanças necessárias e urgentes para a nação. Porém, existem valores que devemos preservar, e o mais básico é o direito a ter voz.

Eu sou conservadora, direita e bolsonarista. Comecei a me interessar por política ainda na adolescência, acompanhando as eleições americanas. Lembro-me de não gostar muito de George W. Bush, mas o considerava melhor do que seu oponente à época, Al Gore. Eu já era de direita e não sabia (risos).

A política brasileira me desanimava um pouco. Meu tio, militar, nunca gostou de Lula e nem da esquerda. E eu, em minha ignorância, não entendia por que não existia uma oposição à altura. Sinceramente, para mim era muito difícil entender Fernando Henrique Cardoso, José Serra e outros serem amigos do adversário. Somente anos depois que descobri que, de fato, eram amigos, mais até do que eu imaginava.

Eu observava as eleições americanas, as comemorações de 4 de Julho, o Dia de Ação de Graças. No meu íntimo, eu pensava: *“Em todos os lugares e eventos a bandeira americana se faz presente. Existe um patriotismo real. Por que no Brasil somos obrigados a vestir vermelho? Por que usar as cores da bandeira ofende?”*. Meu questionamento não era sem propósito: o Brasil estava mergulhado em uma severa hegemonia progressista. Ninguém ousava questionar Paulo Freire, regime militar ou o próprio Lula.

Até que eu vi um deputado austero na televisão, acho que foi no antigo CQC (“*Custe o que Custar*”, um programa cujo modelo foi comprado da Argentina e era comandado no Brasil pelo Marcelo Tas). Este programa tinha vários repórteres e um deles era do Danilo Gentili. De vez em quando, Danilo fazia matérias com os parlamentares.

E foi assim que conheci Jair Bolsonaro.

Sinceramente, nunca tinha gostado de um político específico. Ah, gostava sim, do Eneias Carneiro! Meu pai também gostava muito dele e dizia que teria sido um ótimo presidente se não fosse a “*ideia da bomba atômica*”. Não era bem isso, mas meu pai não sabia. Na verdade, quase ninguém sabia. A mídia “tradicional” fez questão de ridicularizar a imagem de Eneias e fazê-lo passar como louco.

Essa mesma mídia tentou novamente, desta vez, com Jair Bolsonaro. Mas o plano não funcionou.

A produção do CQC descobriu que a imagem de Bolsonaro gerava audiência e por isso ele sempre era entrevistado. E a cada depoimento, redações inteiras sofriam uma síncope. Mas por quê? Porque pela primeira vez, a população presenciava um político sem o tradicional politiquês. Bolsonaro falava de forma direta aquilo que o cidadão brasileiro pensava.

E a partir de 2010, Jair Bolsonaro fez a maior denúncia de sua vida pública: expôs o tal seminário LGBT infanto-juvenil e os filmetes produzidos pelo Ministério da Educação da época, que seriam exibidos nas escolas, para normalizar a agenda entre as crianças. E isso fez com que a população brasileira começasse a perceber o que de fato estava acontecendo.

Ao longo dos anos, o nome de Bolsonaro ganhou força para ocupar a cadeira presidencial. Pela primeira vez, o brasileiro estava escolhendo com genuíno prazer o seu candidato. Jair fez sozinho o que ninguém esperava: quebrou a ditadura do discurso único e mostrou que é possível amar as cores verde e amarelo sem ser execrado por isso.

Jair Bolsonaro se tornou um símbolo da liberdade de expressão, sendo eleito presidente da República em 2018.

Contudo, começou a acontecer um movimento estranho: quem apoiava Bolsonaro passou a adotar a ditadura do discurso único. Isso não aconteceu de forma abrupta, mas em doses homeopáticas. Confesso que comecei a achar essa movimentação um tanto quanto estranha. Afinal, a direita sempre pregou a chamada liberdade de expressão.

Começou a se tornar comum dizer “*Eu entendo de articulação, eu sei de política*”. Mas, para mim isso soava absurdo. Eu não conhecia aquelas pessoas antes do Jair. Salvo raríssimas exceções, todos os analistas e intelectuais do que conhecemos hoje como direita surgiram DEPOIS de Bolsonaro. E o motivo era óbvio: nenhum destes teve a coragem de enfrentar a hegemonia progressista como ele.

Junto a Jair, muitos se elegeram. Pessoas completamente desconhecidas, mas que somente conseguiram uma vaga graças a ele. Espero que o leitor não entenda mal, esta minha fala, não digo isso

com desprezo. Vários bons nomes foram eleitos, como o Márcio Gualberto e a Chris Tonietto. Porém, desconhecidos.

Bom, como disse ouvir coisas como *“Eu que sei”* em relação à política me irritava, mas eu não demonstrava. Eu vi e ouvi pessoas menosprezando quem ainda estava engatinhando nessa seara e arrogando para si o direito de saber mais do que os demais e que simplesmente enxotava quem pensava de modo diferente. E eu percebi que a situação começou a piorar na gestão Bolsonaro.

Jair foi deputado por quase vinte e oito anos, mas pela primeira vez sentava na cadeira do Executivo. Obviamente que são funções diferentes e ele cometeu erros, isso é normal. Jair, embora tenha acertado muito mais do que errou, ainda assim errou, porque é ser humano. E a turma do *“Eu que sei”*, em vez de sentar com Jair e ajudá-lo, preferiu o *“Não me ligue mais”*.

De repente, Jair Bolsonaro *“não sabia de nada”* para os intelectuaizinhos da direita. Foi chamado de *“frouxo”*, *“traidor das pautas conservadoras”*, tudo porque não queria adotar a tática progressista do discurso único. E assim o bolsonarismo começou a minar por dentro.

A hegemonia, quebrada por Bolsonaro, havia retornado. Mas agora passava a imperar no meio direitista.

Ao longo do mandato, Bolsonaro pensou que tinha uma base com quem contar. Coitado! Ficou mais sozinho do que quando era deputado e eu atesto isso com profunda revolta! No final de 2022, quando mais precisou de sua base, foi abandonado!

Eu me lembro de que, quando Bolsonaro venceu em 2018, Gleisi Hoffmann, que era presidente do Partido dos Trabalhadores (PT) concedeu uma entrevista coletiva e disse: *“A esquerda precisa fazer uma autocrítica”*. Nunca votarei em quem quer que seja da ala progressista e não concordo com nenhuma de suas medidas, mas Gleisi tinha razão. Eles engoliram a derrota, voltaram a prancheta e começaram a trabalhar. E o resultado já é de conhecimento de todos.

A esquerda admitiu seus erros. A direita os jogou para debaixo do tapete.

Hoje, temos uma direita dividida porque todo mundo quer arrogar para si o direito que possuir o *“guarda-chuva”* da moral e dos bons costumes, quando, na verdade, o *“guarda-chuva”* dos valores foi dado por Jair Bolsonaro! É aquele velho ditado que nossos avós dizem: é muito cacique para pouco índio.

O fato é que todos querem ter a popularidade do Jair, mas não querem ser como ele, e isso é severamente impossível! A direita brasileira (re)nasceu graças à liberdade de expressão que Bolsonaro exerceu com maestria! Hoje, aqueles que tomaram carona na onda – sejam políticos, influenciadores ou pseudojornalistas – querem ditar regras típicas de um Kim Jon-Un: quem não concorda, é enviado para os *“campos de trabalhos forçados”* ou *“fuzilado”* socialmente.

Infelizmente, exemplos não faltam.

A deputada Ana Campagnolo, recentemente, discordou da ideia da candidatura de Carlos Bolsonaro a uma vaga no senado por Santa Catarina. Em uma entrevista, ela alegou que nenhuma

liderança do estado foi consultada para saber se a decisão era de comum acordo. Para minha surpresa, Ana foi achincalhada e xingada de todos os nomes possíveis: “*traíra*”, “*feminista*” e até de “*comunista*”! E por tabela, o deputado Nikolas Ferreira acabou apanhando.

Alguns disseram que Ana deveria ter falado isso no privado. Concordo. Porém, o que fizeram com ela foi indesculpável!

O leitor que possui mais tempo na política vai lembrar que a militância digital do PT atuava contra seus desafetos com ações que variavam desde promoção de boicote até exigência de demissão, e que Danilo Gentili foi uma das principais vítimas.

Pois bem, foi exatamente isso que fizeram com a Ana. Diversos perfis DE DIREITA copiavam e colavam ataques contra uma mulher DE DIREITA unicamente por esta mulher expressar sua opinião contrária a uma estratégia política.

Meu Deus! O que houve com a direita?

Liberdade de expressão, pluralidade de ideias, isso tudo é só teoria, então? Ou só vale para atacar a esquerda com a mordaca que ela tenta nos colocar? Então, se a mordaca for da direita, tá valendo?

Eu sinto em dizer, mas a direita brasileira é formada, em grande parte, por pessoas com pensamentos revolucionários. É difícil admitirmos isso, mas encarar a realidade é fundamental para que possamos nos corrigir. As eleições de 2026 exigirão de nós maturidade e capacidade de escutar o que o colega tem a dizer. Ou fazemos isso ou teremos mais quatro anos da esquerda no poder.

Leia o artigo: [Getsêmani - A prensa que nos traz a paz](#)

Bismarck, Marx e os Estados de bem-estar social



A origem das políticas estatais de proteção social costuma ser apresentada como resultado direto de avanços humanitários ou da pressão moral por justiça social. Essa leitura, embora não seja falsa, é incompleta. A consolidação do primeiro sistema moderno de seguridade social ocorreu na Alemanha do século XIX, sob a liderança de Otto von Bismarck, em um contexto profundamente conservador, monárquico e explicitamente antissocialista. As leis de seguro-doença (1883), seguro contra acidentes de trabalho (1884) e seguro de invalidez e velhice (1889) foram concebidas menos como instrumentos de emancipação do trabalhador e mais como mecanismos de estabilização política e contenção do conflito social.

É importante reconhecer que Bismarck não criou essas políticas no vácuo. Antes delas, já existiam antecedentes relevantes, como as *Poor Laws* inglesas, experiências municipais de assistência, sistemas de mutualismo operário e práticas filantrópicas de inspiração cristã. O diferencial *bismarckiano* não foi a invenção da proteção social em si, mas sua estatização sistemática, obrigatória e nacional, integrando trabalhadores ao Estado por meio de direitos condicionados à contribuição e à lealdade institucional. O objetivo explícito era retirar do socialismo nascente seu apelo político, oferecendo segurança material sem conceder poder político autônomo às classes trabalhadoras, o que, curiosamente, viria a se tornar o *modus operandi* da nascente elite administrativa dos Estados socialistas.

Esse dado de origem é fundamental porque revela uma tensão entre diferentes níveis de expressão social e política, que atravessará toda a história da utopia que poderíamos chamar de “Estado de Bem-Estar Social”: utopia, pois as sociedades estão em constante transformação; logo, o conceito de bem-estar também se move continuamente na direção de novos anseios sociais.

A política social *bismarckiana* protegia o trabalhador contra riscos objetivos da vida industrial, mas o fazia reforçando sua dependência de uma máquina estatal centralizada e burocrática. Não se tratava de libertá-lo, mas de integrá-lo de forma disciplinada à ordem existente. Nesse sentido, a proteção social moderna nasce mais como tecnologia de governo do que como instrumento de autonomia.

O socialismo, por sua vez, apresentou-se historicamente como a grande promessa de superação dessa tutela. Desde Marx, a emancipação do trabalhador aparece como horizonte explícito: o fim da alienação, da exploração e da submissão a estruturas externas de poder. Contudo, quando observamos as experiências concretas dos chamados “socialismos reais” ao longo do século XX, percebe-se uma recorrência preocupante: a substituição do capital privado por um aparato estatal hipertrofiado, burocrático e altamente centralizado. Embora essas experiências não tenham sido idênticas — havendo variações importantes entre União Soviética, Europa Oriental, Iugoslávia ou China —, todas enfrentaram, em maior ou menor grau, o problema da captura do poder por uma elite administrativa que passou a tutelar a sociedade em nome de uma emancipação sempre adiada.

Esse padrão não pode ser explicado apenas por desvios morais individuais, mas por uma dinâmica institucional recorrente. Ideias mobilizadoras tendem a gerar movimentos; movimentos tendem a se institucionalizar; instituições, por sua vez, desenvolvem interesses próprios. Surge então o corporativismo, entendido não apenas como organização de classes, mas como espírito de corpo que desloca o foco da ideia original para a autopreservação da estrutura. O ideal que justificou a criação da instituição transforma-se em retórica legitimadora de interesses internos.

Esse fenômeno não é exclusivo do socialismo. Ele também se manifesta em economias capitalistas quando ocorre a simbiose entre grandes corporações e o Estado, fenômeno que hoje se descreve como capitalismo de compadrio. Embora seja anacrônico aplicar esse termo de forma rígida a contextos históricos passados, a lógica subjacente — captura regulatória, privilégios seletivos, socialização de prejuízos e privatização de ganhos — acompanha o capitalismo desde suas origens. O que muda é o grau de transparência e os mecanismos de contenção disponíveis em cada época.

O contraste frequentemente traçado entre um capitalismo “puro”, no qual o empreendedor assume riscos e corrige desvios rapidamente, e um Estado intrinsecamente corrupto, precisa ser qualificado. Historicamente, empresas sempre buscaram proteção estatal, subsídios, monopólios legais e limitações de responsabilidade. Ainda assim, é verdade que, em ambientes mais competitivos e descentralizados, o erro tende a ter custo direto para quem decide, enquanto estruturas estatais complexas diluem responsabilidades e amortecem falhas por meio do erário.

Quando Estado e grandes corporações passam a operar de forma entrelaçada, como ocorreu no fascismo, no nazismo e em diversas experiências contemporâneas, os problemas associados ao socialismo burocrático reaparecem sob outra roupagem. A promessa deixa de ser igualdade ou emancipação e passa a ser eficiência, estabilidade ou desenvolvimento, mas o resultado institucional é semelhante: concentração

de poder, decisões menos transparentes e afastamento progressivo entre governantes e legisladores em relação aos governados.

A corrupção sistêmica surge, nesse contexto, não como exceção moral, mas como subproduto lógico da estrutura. Agentes públicos e representantes privados criam redes de reciprocidade, favores e proteção mútua que capilarizam ganhos e diluem custos. Quanto mais complexa a máquina, mais difícil identificar responsabilidades; quanto mais estável o arranjo, maior sua capacidade de resistir a mudanças.

É nesse ponto que a ilusão democrática da troca de liderança se revela. A substituição de um presidente, ainda que bem-intencionado, não altera automaticamente a lógica profunda das instituições. Estruturas altamente pervertidas tendem a reagir a tentativas de correção como um organismo reage a um corpo estranho: neutralizando, isolando ou expulsando o agente reformador. Reformas superficiais produzem efeitos marginais; reformas profundas enfrentam resistência interna contínua.

Isso não significa que a transformação seja impossível, nem que toda instituição esteja condenada à degeneração. A crítica ao determinismo institucional é válida e necessária. Contudo, essa transformação exigiria reformas que atingiriam incentivos, não apenas discursos; estruturas, não apenas lideranças.

Uma solução realista e exequível não residiria na negação do Estado nem na idealização do mercado, mas na redução sistemática das zonas de captura. Isso implicaria limitar a concentração de poder decisório, simplificar normas, expor processos à fiscalização pública efetiva, reduzir a promiscuidade entre reguladores e regulados e criar mecanismos em que erros tenham custos claros para quem decide. Significaria também reconhecer que políticas sociais podem existir sem se converter em instrumentos de tutela permanente, desde que sejam desenhadas para favorecer a autonomia e não criar dependência.

Em última instância, o problema não é apenas quem ocupa a presidência, mas o ecossistema institucional que a cerca. Conquistar o topo sem tratar a doença sistêmica é, no máximo, como pichar a alegoria feminina de República com um batom; tem algum efeito simbólico, mas nenhum efeito prático. A história do Estado Social, desde Bismarck ou Marx até o presente, mostra que proteção sem limites claros tende à tutela, e poder sem freios tende à captura. O desafio político central permanece o mesmo: construir instituições que sirvam às ideias que as criaram, e não o contrário.

Leia o artigo: [Só mais um bate-papo na sala dos professores](#)

SIGA NOSSAS REDES SOCIAIS!

www.revistaconhecimentoecidadania.com



[Canal whatsapp Revista Conhecimento & Cidadania](#)



revistaconhecimentocidadania@gmail.com



[@revistaconhecimentocidadania](#)



[@revistaconhecimentocidadania](#)



[@RevConhecimento](#)



<https://www.vakinha.com.br/4961006>



[@RevistaConhecimentoCidadania](#)



[Revista Conhecimento & Cidadania](#)

REVISTA

ISSN 2764-3867

CONHECIMENTO &
CIDADANIA

Com conhecimento se constrói cidadania



